A ALDEIA DA TRINDADE E A CONSTRUÇÃO EM TAIPA

Maria Eleonora Silva
Mestrado Integrado em Arquitectura do Instituto Superior Técnico (nível II de Bolonha)
Lisboa, Portugal
Tel. (+351) 964236277; E-mail: meleonorabs@gmail.com

João Vieira Caldas
Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa
Av. Rovisco Pais 1049-001 Lisboa, Portugal
E-mail: jcaldas@civil.ist.utl.pt

Tema 4: Arquitectura Vernácula e Contemporânea
Palavras-Chave: Taipa, Alentejo, Património

Resumo
A aldeia da Trindade, onde a taipa é o sistema construtivo tradicional mais utilizado, localiza-se no distrito e concelho de Beja. Situa-se a cerca de 15 km desta cidade, para sul-sudoeste, na margem esquerda da ribeira de Terges, um afluente do rio Guadiana.

A taipa é uma técnica de construção em terra crua usada em quase todo o mundo. Em Portugal tem uma presença particularmente significativa na arquitectura tradicional do Alentejo. O uso franco da técnica nesta extensa região deu origem a inúmeras variantes de lugar para lugar, em função da tipologia da arquitectura rural, das características do solo, da tradição do sítio e do taipeiro (Rocha, 2005, p.22). Na zona de Beja verifica-se uma utilização maciça da taipa na arquitectura vernácula.

O grande interesse pela arquitectura em terra, na actualidade, é motivado, em grande parte, pelas vantagens ecológicas e económicas do material de construção. No que se refere ao presente caso de estudo, o interesse pela sustentabilidade da construção em taipa alia-se ao valor patrimonial da correspondente arquitectura vernácula. A construção tradicional transmite a perpetuação de um saber, sendo a expressão da tradição e da técnica empírica de um lugar (Teixeira e Belém, 1998, p.9). A análise focada num caso de estudo com a dimensão de uma pequena aldeia, permite desenvolver o conhecimento da construção ao nível local e promove a afirmação do seu património construído.

A selecção desta aldeia resultou de uma primeira prospecção fotográfica das aldeias do concelho de Beja, tendo em conta a constituição dos terrenos (com base na Carta Geológica de Portugal) e a extensão dos aglomerados urbanos (analisados a partir das fotografias aéreas), tendo-se procurado uma povoação cujas dimensões reduzidas facilitassem o estudo e caracterização de todo o seu edificado num curto período. A aldeia da Trindade apresentava-se com a dimensão ideal, com a vantagem de possuir uma estrutura urbana simples, clara e contida, onde os edifícios, embora com estados de conservação muito diversos, são maioritariamente construídos em taipa.

O sistema construtivo predominante na aldeia da Trindade é parte integrante do seu património cultural. No entanto, a valorização deste património tem de passar pela adaptação eficaz das edificações às necessidades dos dias de hoje.

O objectivo da presente comunicação é dar a conhecer a situação actual do património construído em taipa da aldeia da Trindade e apresentar propostas de acção capazes de valorizar este aglomerado garantindo a salvaguarda da sua tradição construtiva. A técnica tradicional da taipa

perpetua hoje o conhecimento de ontem mas pode dar também um contributo importante para a arquitectura bioclimática do futuro.

1. APRESENTAÇÃO

A aldeia da Trindade organiza-se em função de duas ruas estruturantes, compridas e paralelas entre si, com uma pequena transversal aproximadamente a meio, por sua vez interrompida pela Igreja da Santíssima Trindade. A igreja é o edifício de excepção e o centro físico da aldeia. O aglomerado urbano é envolvido e limitado pelas “ruas de trás”, de onde se avistam os campos agrícolas. Muito próximo, do lado noroeste, corre o muro de taipa da grande propriedade conhecida por Monte da Chaminé, cuja actividade económica esteve intimamente relacionada com a existência da própria aldeia até meados do século XX.

Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano (1994, p.159) fazem referência à formação das aldeias alentejanas a partir da fixação dos trabalhadores rurais assalariados (os ganhões ou ganadeiros) que, à semelhança do que se verificou neste aglomerado urbano, cresciam cercadas por terrenos agrícolas directamente relacionados com o seu desenvolvimento. A aldeia da Trindade foi, pelo menos durante largas décadas do séc. XX (até onde chega a memória dos moradores), a residência dos trabalhadores do Monte da Chaminé, principal fonte de sustento da povoação. Assim, à semelhança de muitos outros pequenos aglomerados urbanos do Alentejo, esta aldeia terá vivido na dependência do trabalho agrícola no latifúndio.

Com base nos resultados dos censos realizados entre 1981 e 2001 verifica-se que a freguesia tem vindo a perder população, uma perda motivada principalmente pela falta de emprego. Todavia, o estudo comparado das fotografias aéreas da aldeia da Trindade dos últimos cinquenta anos (1958, 1970, 1988 e 2009) revela apenas alterações pontuais e sem grande significado no conjunto urbano. O edificado mantém-se quase inalterado, com a presença constante das mesmas ruas e, a circunscrevê-lo, os campos cultivados e o núcleo murado do Monte da Chaminé. As principais alterações ao longo das últimas cinco décadas foram, de facto, a ocupação dos logradouros com construções sem qualidade e a elevação pontual de edifícios de segundos pisos.

Fig.1 – Mapa e fotografia aérea da aldeia da Trindade, Alentejo – Concelho de Beja (créditos: Eleonora Silva, baseado em imagens do Google Earth).

Fig.2 – Fotografias aéreas da aldeia da Trindade respectivamente 1958, 1970, 1988, 2009 (Créditos: Instituto Geográfico Português, Instituto Geográfico do Exército Português e Google Earth).

2. HISTÓRIA

A informação histórica sobre a aldeia da Trindade é muito reduzida. A primeira referência documental data de 1534, quando a Igreja da Santíssima Trindade recebe a visita de D. Afonso, cardeal-infante e bispo de Évora (Silva, 1998). Em 1758, de acordo com as Memórias Paroquiais viviam na Freguesia da Trindade 330 pessoas de crisma, distribuídas por 90 habitações, dez das quais moravam junto da igreja (Silva, 1998, p.41).

Sendo a origem desta aldeia desconhecida, a análise da sua estrutura urbana, baseada no levantamento de campo e no estudo da cartografia e da fotografia aérea do aglomerado que chegou à segunda metade do século XX, aponta para uma génese medieval. De facto, foram encontradas várias semelhanças entre a aldeia da Trindade e alguns dos mais característicos aglomerados urbanos medievais (dos séculos XII a XIV) tal como os apresentam Teixeira e Valla: "(...) *consistem num conjunto de quarteirões de forma alongada, cada um deles constituído por uma sucessão de estreitos lotes urbanos paralelos uns aos outros e orientados no mesmo sentido, com uma frente para a rua principal e outra para a rua das traseiras*" (1999, p.26). Perto do meio da rua principal destes aglomerados, abria-se desde a origem ou surgiu mais tarde um largo onde se localizaram os edifícios institucionais mais importantes (Teixeira e Valla, 1999, pp.26-27). Em Monsaraz, por exemplo, é nesse largo (pouco mais que um alargamento da rua) que se encontram a igreja e os outros edifícios públicos. Na aldeia da Trindade, esse espaço corresponde a um cruzamento alargado cujo centro é ocupado pela igreja.

A reforçar a ideia da génese medieval da aldeia da Trindade está a origem do seu nome. Hermann Lautensach refere a importância da toponímia na identificação da origem dos lugares. A toponímia presente no Alentejo meridional é *"(…) fortemente marcada pela reconquista: aparecimento muito frequente de nomes de santos ou referentes ao culto cristão (…)"* (Lautensach *et al*, 1991a, p.848).

3. CARACTERIZAÇÃO TIPOLÓGICA E CONSTRUTIVA

A caracterização do edificado em taipa da aldeia da Trindade baseou-se no levantamento de quarenta e um edifícios efectuado durante o trabalho de campo. A selecção realizada, que pretende ser representativa, corresponde aproximadamente a um terço do total dos edifícios existentes. Abrange todas as ruas da povoação, os diferentes estados de conservação e tipos de uso, tendo estado, no entanto, sempre sujeita à disponibilidade da população residente.

A habitação existente tem, muitas vezes, dimensões reduzidas e/ou uma organização interior desfasada do modo de viver actual. Devido à falta de espaço destas construções

estreitas e compridas, aumenta-se a cércea, elevando-se também a cumeeira para poder construir-se um sótão ou mesmo um andar recuado.

A partir do levantamento de campo dos edifícios de habitação (trinta e cinco edifícios dos quarenta e um inventariados) elaborou-se uma tipologia baseada na sua organização espaço-funcional. Claro que a evolução dos modos de habitar que originou a construção de um segundo piso, o avanço das construções sobre os quintais, a construção junto à "rua de trás" (onde antes só se viam os muros e as portas dos quintais) e, até, a ligação entre compartimentos de lotes contíguos, deu origem a novas soluções tipológicas que dificilmente se inserem na tipologia de base. No entanto, a partir da informação oral dos residentes, conclui-se que todas as habitações terão partido da mesma base tipológica. Da conjugação destas informações com os dados do levantamento efectuado, que incluiu também a análise de fogos praticamente inalterados, identificam-se quatro tipos habitacionais ordenados num grau crescente de dimensão e complexidade, ainda que os dois primeiros tipos possam ter resultado da segmentação do terceiro.

Todas as habitações eram, originalmente, de um só piso e são contíguas, ocupando cerca de metade da área do lote e virando a frente para uma rua principal. O quintal, que ocupava a área restante, nas traseiras, comunicava directamente com a "rua de trás", ou, caso estivesse num dos quarteirões axiais, com o segmento menos importante de uma das ruas principais. As habitações com dois compartimentos à largura e sem corredor, integradas no Tipo 3, eram, no passado, em maior número, porque, antes do fenómeno de ampliação dos fogos atrás descrito (decorrente de uma maior exigência das condições de habitabilidade), já tinha havido, em muitos deles, uma cisão pela parede longitudinal.

Esta conclusão baseia-se na informação oral e no levantamento, uma vez que se assiste, com frequência, a uma diferenciação assimétrica em edifícios contíguos (geralmente as duas fiadas de compartimentos das casas primitivas tinham larguras diferentes), correspondendo o Tipo 1 ao lado mais estreito do Tipo 3 e o Tipo 2 ao menos estreito. Não havendo terreno disponível para a expansão do aglomerado — problema que ainda hoje persiste — e, enquanto o trabalho do campo no Monte da Chaminé foi fonte de sustento para as famílias da aldeia, assistiu-se à divisão das habitações de origem. Geralmente essa divisão resultava da necessidade de dar casa aos filhos quando estes constituíam família.

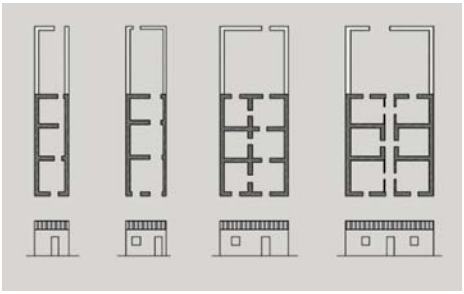

Fig.3 – Esquema de organização dos quatro tipos habitacionais presentes na aldeia da Trindade (Crédito: Eleonora Silva).

O Tipo 1 agrupa os fogos mais estreitos resultantes dessa subdivisão, correspondentes a habitações com cerca de três metros de largura e três compartimentos sucessivos seguidos do quintal. São as habitações de pior qualidade, não só pelas menores dimensões mas porque a luz natural só entra nos extremos destas edificações compridas

e estreitas pelos reduzidos postigos das portas das fachadas principal e traseira.

O Tipo 2 agrupa as habitações correspondentes à fiada mais larga de compartimentos resultante da subdivisão do Tipo 3. A luz natural entra não só pelos “postigos” mas também por uma pequena janela da fachada principal. A proporção do rectângulo do lote é aqui mais favorável ao desenvolvimento independente das funções privadas da habitação, tornando-se, por vezes, quase uma réplica do Tipo 3, mas mais estreita. Outras vezes, estas habitações organizam-se, tal como as do Tipo 1, numa simples sucessão de três compartimentos contíguos e quintal.

Nos Tipos 3 e 4, em que os lotes actuais coincidem com o lote de origem, há, apesar de tudo, melhores condições de iluminação. As fachadas principais têm, por norma, pelo menos uma janela, frequentemente duas, e a proporção do lote permite uma organização interna mais equilibrada, se bem que nos limites de um rectângulo ainda relativamente comprido e estreito e com compartimentos interiores.

No Tipo 3, a existência de duas fiadas paralelas de compartimentos, uma susceptível de ser percorrida da frente ao tardoz através de vãos de porta, outra com compartimentos acessíveis apenas lateralmente através da primeira, permite fazer uma distinção entre espaço social e privado. Os espaços cerrados por parede e porta correspondem a uma função mais privada (quartos, por exemplo) e os compartimentos que funcionam como espaço de atravessamento assumem valências mais sociais (como sala ou cozinha).

No Tipo 4, a circulação aparece separada das restantes funções sob a forma de um corredor axial que distribui simetricamente para as duas fiadas de compartimentos. Dadas a sua organização espacial mais elaborada e a sua localização no aglomerado, conclui-se que as habitações deste tipo são as mais recentes da aldeia o que, aliás, as fontes orais confirmam.

A localização da cozinha parece ser um factor transversal aos tipos arquitectónicos habitacionais da aldeia da Trindade. Situar-se-ia, em todos eles, como acontece ainda nas habitações pouco transformadas, num compartimento oposto ao da entrada e junto ao quintal. Com as frequentes ampliações nas traseiras, a cozinha manteve-se na primitiva posição, que corresponde, geralmente, à actual “casa do meio”. Continua, assim, a ser o terceiro compartimento a contar da entrada principal.

A necessidade de ampliar habitações dá também origem à construção de segundos pisos que cobrem apenas uma pequena área dos pisos térreos e que aparecem pontualmente em todos os tipos à excepção do Tipo 4. Por norma, aproveita-se a zona de maior pé-direito para a inserção de mais um quarto. Em situações extremas constrói-se uma laje de betão, mas o mais vulgar é montar-se um pavimento tradicional, em madeira.

A aldeia localiza-se num cabeço natural que dá origem a pequenos desníveis no interior das habitações, vencidos por meio de degraus situados nas passagens entre compartimentos. Se, por um lado, são um obstáculo ao habitar quotidiano duma população envelhecida, como é a desta aldeia, por outro são elementos de uma plasticidade notável que contribui para valorizar o carácter desta arquitectura vernácula.
O quintal, que outrora era vivido e tinha um papel fundamental na função habitar, é, actualmente, tratado como um espaço sobrante. Os muros que o circunscrevem sobem com a ampliação da própria habitação ou da habitação vizinha. É no quintal que se edifica a instalação sanitária, o anexo para os arrumos ou para a máquina de lavar roupa e o

espaço coberto para a lenha, quase sempre construções sem qualidade e sem qualquer articulação funcional com o interior da habitação.

Curiosamente, os edifícios não habitacionais têm características tipológicas similares às da habitação de Tipo 4. É o caso dos edifícios do Clube Desportivo e da actual Junta de Freguesia. Este último, no entanto, apresenta particularidades na distribuição interior, nos vãos exteriores e na proporção do lote, fruto da sua localização isolada e da sua construção posterior às restantes edificações da aldeia.

O edifício da antiga Junta de Freguesia, na Rua do Calvário, que teria sido construído nos anos 50 para instalar a primeira escola primária da aldeia, corresponde a uma edificação de maiores dimensões que amplia lateralmente o Tipo 4.

Fig.4 – Igreja da Santíssima da Trindade, fotografia do levantamento (Crédito: Eleonora Silva).

Afastam-se claramente da tipologia habitacional a Igreja da Santíssima Trindade, implantada isoladamente no centro do aglomerado, a antiga fábrica de moagem, situada na Travessa da Fábrica (que não foi analisada por não ter havido permissão do proprietário) e a edificação conhecida por “adega”, situada também na Rua do Calvário. Esta última salienta-se pelo pé-direito superior ao comum e por ser constituída por quatro espaços abertos entre si por meio de grandes arcos. Nas paredes que os suportam há reentrâncias especialmente desenhadas para apoiar talhões.

Todos estes edifícios são maioritariamente construídos em taipa, como se infere da informação oral dos residentes, da espessura das paredes e se confirma pelas diversas patologias encontradas. Mas só se conseguiu determinar as características técnicas da taipa a partir da análise dos edifícios em mau estado ou ruína, uma vez que o estado de conservação médio e bom de grande parte das construções do aglomerado garante a presença de revestimentos e acabamentos.

Fig.5 – Exemplos de taipa na aldeia da Trindade, fotografias do levantamento
(Crédito: Eleonora Silva)

Tanto as paredes exteriores como as interiores são, por norma, de taipa. No entanto,

foram encontrados casos pontuais de paredes não estruturais em adobe. A presença do adobe corresponde às habitações de Tipo 4 e algumas do Tipo 3, tendo sido encontrado sobretudo nas habitações mais recentes. Segundo as informações da população, as décadas de maior crescimento demográfico da aldeia coincidiram com o aumento do trabalho no Monte da Chaminé, durante a primeira metade do séc. XX. Nessa época, muitas famílias de montes próximos, situados junto da Ribeira de Terges, migraram para a aldeia. Na construção desses montes era usado o adobe feito a partir dos barros da ribeira. Assim, poder-se-á considerar a hipótese de terem sido as famílias migrantes a desenvolver esta forma de construir.

4. DIAGNÓSTICO CONCLUSIVO E PROPOSTAS PARA A SALVAGUARDA DA ALDEIA DA TRINDADE

O estudo da arquitectura tradicional da aldeia da Trindade leva a concluir que a taipa foi, até há bem pouco tempo, o sistema de construção por excelência nesta aldeia. A conservação da arquitectura de terra passa, em grande parte, pelos cuidados contínuos de manutenção que só podem ser garantidos com a sua efectiva utilização. O caminho para a salvaguarda deste património, de modo a assegurar o seu futuro, implica adequá-lo às necessidades contemporâneas de habitar. Em simultâneo, deve haver uma preocupação ao nível da imagem urbana trabalhando-se o desenho de conjunto com preservação dos revestimentos tradicionais.

A situação actual da edificação na aldeia inclui processos construtivos mais recentes, muitas vezes falhos de qualidade e descaracterizadores face aos usados tradicionalmente. Muitas destas soluções construtivas desvalorizam o conjunto urbano. À parte os edifícios completamente descaracterizados, as principais alterações exteriores identificadas são: os novos revestimentos das fachadas, a construção avulsa de um segundo piso ou de um andar recuado e uma acentuada degradação das “ruas de trás”. Estas ruas são, francamente, as mais descaracterizadas, uma vez que os muros dos lotes foram subidos e as portas substituídas por portões de garagem, configurando alçados desqualificados virados ao exterior do aglomerado.

No que respeita às alterações dos revestimentos de fachada, assinalam-se as faixas capeadas a pedra, o uso de tintas plásticas ou, numa abordagem mais intrusiva, as fachadas de azulejo. Estes revestimentos provocam não só uma desvalorização estética do conjunto urbano, mas também patologias nas paredes de taipa. Desta forma, considera-se conveniente a sua substituição por revestimentos compatíveis com a construção tradicional.

O interior das habitações terá sido, em resultado da própria evolução do modo de habitar, o que sofreu mais alterações que descaracterizam a arquitectura de taipa da aldeia. Pontualmente verifica-se a destruição de algumas paredes interiores para aumentar a área da sala, solução que cria problemas estruturais significativos a médio prazo.

As habitações têm, normalmente, uma instalação sanitária. No entanto, esta não se encontra articulada com o restante espaço habitacional, sendo muitas vezes um compartimento sem qualidade construtiva implantado no quintal e afastado da habitação. Este aspecto é importante para o estudo da salvaguarda destas construções, tornando-se essencial saber integrar as instalações sanitárias no corpo principal da habitação e saber articular as canalizações no interior das construções em taipa.

A utilização de revestimentos impermeáveis na casa de banho e na cozinha criam patologias por serem aplicados directamente sobre as paredes de taipa. Neste sentido torna-se importante dar a conhecer aos utilizadores destas construções as características técnicas da taipa, pois a aplicação de novos materiais deve ser feita numa lógica de compatibilidade e reversibilidade.

Frequentemente as coberturas são substituídas por lajes de betão armado. Estas soluções criam danos estruturais graves nas paredes de taipa, sendo imprescindível pensar num reforço estrutural das mesmas. A consequente eliminação das estruturas e forros de madeira reduz a ventilação no interior das habitações e desencadeia novas patologias na taipa.

Os tipos arquitectónicos tradicionais não são estáticos, pelo que tem de se aceitar que o seu processo evolutivo não estagnou. De facto, a única maneira de as edificações existentes poderem competir com as edificações novas é através de processos de reabilitação (Fonseca, 2007, p.124). A construção de um segundo piso pode melhorar as condições da habitação, algumas vezes precárias quanto ao espaço e à luz. Algumas habitações chegam ser apenas corredores sombrios que resultam da divisão das casas iniciais (habitações de Tipo 1 e de Tipo 2). No entanto, as ampliações em altura, embora respondam a necessidades da época em que vivemos, deveriam ser executadas respeitando os tipos habitacionais em que se inserem.

Para a concretização da salvaguarda propõe-se, com base no trabalho de campo e nas conclusões retiradas do tratamento de dados, quatro linhas de acção orientadoras da conservação e desenvolvimento da aldeia.

4.1. A valorização do conjunto da aldeia a partir do redesenho dos alçados descaracterizados das “ruas de trás”

A estas ruas dos pequenos conjuntos urbanos alentejanos cabe delimitar a aldeia. Do lado de lá da rua encontram-se os campos agrícolas. Desta forma, as traseiras das habitações marcam a paisagem, traçando a imagem da aldeia. A importância visual de conjunto da periferia da aldeia da Trindade está actualmente secundarizada devido à expressão descuidada das necessidades funcionais das traseiras das habitações. Estas traseiras são espaços despretensiosos, que respondem, independentes entre si, a cada célula habitacional. Considera-se que, para a requalificação das “ruas de trás”, seria importante o redesenho de alçado conjunto, a partir de regras que definissem a localização dos vãos e a altura dos muros, num exercício em que se poderia utilizar a taipa como forma de construir contemporânea.

4.2. A ampliação dos fogos com um piso superior

Ao observar o desnível entre as ruas da periferia e as ruas centrais da aldeia, bem como a evolução das habitações em corte, pode encontrar-se uma solução para a criação dum segundo piso sem grande penalização para o perfil das ruas, uma vez que se pode aproveitar o desnível para a criação do piso superior. Por outro lado, se, no redesenho das “ruas de trás”, se tivesse em consideração o aumento da cércea, poder-se-ia criar um desenvolvimento dos tipos de habitação sem prejuízo para a imagem de conjunto.

Se, por um lado, é um dever preservar o perfil destas ruas, não menos importante é garantir o uso destas construções, pelas razões já indicadas. Em suma, considera-se que o desenho dum segundo piso deve ser pensado não só em função das várias células habitacionais, como também em função dos alçados conjuntos da aldeia. Neste sentido,

poder-se-ia indicar que a altura máxima não deveria ultrapassar a altura mínima eficaz para obter o pé-direito suficiente ao desenvolvimento da função habitar em dois pisos, de onde resultam fachadas posteriores mais altas, preferencialmente afastadas do muro do quintal, com manutenção da cércea nas ruas principais.

4.3. A introdução da instalação sanitária no interior das habitações

Como já foi referido, a instalação sanitária está implantada, normalmente, no espaço exterior da habitação. A sua inserção no interior da habitação parece ser imprescindível para a adequação deste compartimento a uma exigência mínima de conforto. A utilização, para tal, de um dos compartimentos do meio, sem luz natural, pode ser uma solução. De preferência um dos que ficam ao lado da cozinha, para centralizar ao máximo as redes de águas e esgotos e controlar a presença da água no interior da habitação. No entanto, uma vez que se trata de uma construção em terra, deve ter-se ainda em consideração que as canalizações devem estar acessíveis e não introduzidas no interior das paredes, uma vez que a execução de roços nas paredes de taipa é totalmente desaconselhável. No caso de não se querer ter as canalizações à vista, deve construir-se uma parede dupla, ou falsa, que as esconda, podendo suportar um revestimento lavável e onde também se pode apoiar ou suspender as loiças sanitárias (Fonseca, 2007, p.134-135).

Na hipótese de uma casa de banho interior, sobre a qual ainda pode haver um segundo piso, fica por resolver o problema da ventilação. Assim, deve prever-se a instalação de um tecto falso com grelha de ventilação.

4.4. A introdução de luz e ventilação natural nos compartimentos interiores

Conforme se pôde verificar pela análise das habitações tipo, a organização do edificado da aldeia assenta numa sucessão de lotes estreitos e compridos, de onde resulta a existência de compartimentos interiores pouco ventilados e sem iluminação natural em todas as habitações do aglomerado. Este factor reduz a salubridade e o conforto nesse tipo de compartimentos, estando na origem de uma das principais acções práticas a considerar para a salvaguarda deste núcleo urbano. As intervenções podem passar por soluções mais ou menos intrusivas, desde a introdução de iluminação a partir de clarabóias à criação de pátios interiores, passando pela alteração da função de quarto interior para, por exemplo, instalação sanitária, arrecadação ou escada de acesso ao piso superior.

A reabilitação das habitações (e dos outros edifícios) só será possível com a fixação da população na aldeia. O que poderá atrair novos habitantes e travar a emigração para os grandes centros? A criação de postos de trabalho? O desenvolvimento do turismo rural nesta zona? O estudo efectuado sobre esta aldeia é apenas um exemplo da necessidade imperativa de reflectir sobre o futuro do património em taipa do Alentejo, tendo em conta o contexto sócio-económico.

Bibliografia

George, F., Gomes, A. A. e Antunes A. M. (1961). *Arquitectura Popular em Portugal*, 1ª edição. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos. Zona 5, Vol. II., pp. 123-239.

Correia, M. (2007). *Taipa no Alentejo*. Lisboa: Argumentum.

Dethier, J. (ed.) (1993). *Arquitecturas em terra ou o futuro de uma tradição milenar*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Fonseca, I. (2007). *A arquitectura de terra em Avis*. Lisboa: Argumentum.

Lopes, F. e Correia, M. B. (2004). Carta sobre o património construído vernáculo. *Património arquitectónico e arqueológico: cartas, recomendações e convenções internacionais.* Lisboa: Livros Horizonte.

Oliveira, E. V. e Galhano, F. (1994). *Arquitectura tradicional portuguesa,* 2ªedição. Lisboa: Dom Quixote.

Lautensach, H., Ribeiro, O. e Daveau, S. (1987). *Geografia de Portugal*. Vol. I (A Posição Geográfica e o Território). Lisboa: Sá da Costa.

Lautensach, H., Ribeiro, O. e Daveau, S. (1991a). *Geografia de Portugal*. Vol. III (O Povo Português). Lisboa: Sá da Costa.

Lautensach, H., Ribeiro, O. e Daveau, S. (1991b). *Geografia de Portugal*. Vol. IV (A Vida Económica e Social). Lisboa: Sá da Costa.

Rocha, M. (2005). Taipa na arquitectura tradicional: técnica construtiva. *Arquitectura de Terra em Portugal*. Lisboa: Argumentum, pp.22-26.

Silva, I. (coord. ed.) (1998). *Dicionário Enciclopédico das Freguesias*, Vol IV. Matosinhos: Minha Terra.

Teixeira, G. B. e Belém, M. C. (1998). *Diálogos de edificação. Técnicas tradicionais de construção*. Porto: CRAT.

Teixeira, M. C., Valla, M. (1999). *O Urbanismo Português sec. XII-XVIII. Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte.

Torres, C. e Macias, S. (1998). *O legado islâmico em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Notas

(1) Este artigo apresenta os principais resultados de uma dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura do Instituto Superior Técnico (nível II de Bolonha), com a orientação do Professor Doutor João Vieira Caldas. A dissertação foi discutida no Instituto Superior Técnico no dia 9 de Dezembro de 2009 e encontra-se publicada digitalmente na website do Instituto Superior Técnico (https://dspace.ist.utl.pt/bitstream/2295/576619/1/50331.pdf).

Curriculum

Maria Eleonora Silva, Licenciada em Arquitectura (Nível I de Bolonha, IST/UTL, 2007), Mestre em Arquitectura (Nível II de Bolonha, IST/UTL, 2009).

João Vieira Caldas, Arquitecto (ESBAL, 1977), Mestre em História de Arte (FCSH-UNL, 1988), Doutor em Arquitectura (IST-UTL, 2007). A sua actividade dividiu-se entre a prática da arquitectura, o ensino, a investigação e a crítica. Actualmente é professor de arquitectura no IST e dedica-se à investigação no quadro do ICIST. Tem trabalhos publicados sobretudo nas áreas do património construído, da arquitectura portuguesa do século XX e da história da construção e da habitação (urbana ou rural, erudita e vernácula).